

André Gustavo

Uma A negociação

está difícil

As posições que a comunidade bancária internacional vai lentamente revelando ao ministro Dilson Funaro indicam que a posição do Brasil junto aos credores não é nada confortável. O noticiário que tem vindo de Washington está orientado no sentido de tranquilizar o País, mas, ainda assim, seu conteúdo demonstra a dificuldade da negociação. O ministro da Fazenda, conseguiu até agora apenas uma prorrogação de noventa dias para o vencimento dos créditos comercial e interbancário — e os banqueiros, junto com o FMI, continuam postulando por uma política financeira ortodoxa no Brasil.

O momento é especialmente delicado e disso sabem os credores externos. Ao mesmo tempo em que o Ministro da Fazenda anda por Washington tentando arrancar alguma concessão, o Itamaraty anuncia que não abrirá nenhuma negociação em torno da reserva de mercado no setor da informática. Já se sabe que os norte-americanos tem um especial interesse em entrar neste setor no mercado brasileiro que ainda vai crescer muito. O jogo de concessões, que envolve a renegociação da dívida externa, também passa pela transigência na política.

Aliás, a política externa brasileira, que teve caráter pioneiro, acomodou-se e perdeu completamente o seu ímpeto. Hoje a diplomacia africana praticada pelo Brasil é absolutamente desproporcional a tudo que antes se fez. Esses são indícios de que há muita pressão por ser feita e de que o simples postergar das notas promissórias nos Estados Unidos não modifica em nada o cenário político no qual o País está envolvido. A renegociação da dívida externa deixou de se constituir numa conversa entre credor e devedor para assumir outra dimensão: um País que tem pendurado nos Estados Unidos uma conta de cem bilhões de dólares precisa tomar certas cautelas, porque fica muito vulnerável às exigências originárias do exterior.

A lua de mel do Brasil com a Democracia está terminando por uma ação natural do tempo. Já não há mais motivos para comemorar o retorno ao regime aberto e a derrota do autoritarismo. Isso passou. A questão de construir o futuro no entanto continua na dependência de uma adequada renegociação externa. Prorrogação de prazo para vencimento dos títulos não é negociação, porque não modifica em nada o quadro de extrema pressão e constrangimento a que o País está submetido. O ministro Funaro não quer apresentar cartas de intenção que não sejam factíveis. Quer honrar os seus acordos, mas persegue uma política diferente daquela ditada pelo Fundo Monetário Internacional. Então, não há carta nenhuma, compromisso algum e tudo, no setor financeiro, fica em situação de extrema precariedade.

Essa situação definitivamente não é boa, porque eterniza o provisório e deixa todo o sistema em situação de permanente suspense. Já se sabe que os negociadores brasileiros entendem ser agora o melhor momento de chegar ao acordo com os credores. Por essa razão, o ministro Funaro saiu do Brasil falando numa renegociação com o prazo mínimo de dois anos. Mas não é isso que está acontecendo. O desenho do conflito em torno da dívida externa vai tomando uma feição muito parecida à trajetória percorrida pelos argentinos. O pano de fundo é a inflação que teime em ascender. A soma de circunstâncias faz do momento atual talvez o mais delicado do governo Sarney. Um eventual colapso na negociação com os banqueiros norte-americanos e com o FMI colocará toda a exportação brasileira em altíssimo risco, além do que o sistema financeiro nacional poderá ser seriamente atingido se as linhas de crédito interbancários forem interrompidas nos Estados Unidos.

Negociar é preciso e conceder também será necessário dentro de um esquema global das necessidades e possibilidades nacionais. Mas adianta pouco escamotear a verdade e fazer demonstrações de orgulho nacional, quando a caixa anda baixa. O Brasil não perseguiu uma política externa que o integrasse à América Latina na questão da dívida e procurou caminhar sozinho para enfrentar os gigantes norte-americanos. Como o Brasil é o segundo maior mercado da América — o terceiro é o Canadá — é razoável imaginar que seu peso específico seja elevado na negociação. Mas sua responsabilidade também o é. E o fato é que não há, até agora, acordo algum com o credor externo. Tudo continua provisório. É o suspense que se prolonga.

Férias

Saio hoje de férias para retornar no início de fevereiro. Neste período, a coluna não será publicada. Até a volta.